

Relatório da OEA diz que Brasil desrespeita os direitos humanos e privilegia os ricos

Documento já entregue a FH afirma que país é racista e lento na reforma agrária

José Meirelles Passos

Correspondente

• WASHINGTON. "Sem desconhecer os avanços obtidos pelo atual Governo do Brasil, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) considera que o Estado ainda não tem oferecido as garantias necessárias a setores importantes da população brasileira com objetivo de assegurar seus direitos humanos", afirma o informe de 170 páginas a respeito do Brasil que a OEA vai divulgar amanhã na capital dos Estados Unidos.

O estudo, preparado por uma comissão que viajou pelo Brasil com autorização do Governo, traça o perfil de uma nação vibrante, violenta e discriminatória. Ele contém números da matança generalizada e crescente feita pela polícia. E ressalta que a discriminação racial é fato consumado.

"A distribuição dos gastos públicos com serviços sociais — saúde, educação e previdência social — convergem a favor dos ricos", diz um trecho do relatório, obtido pelo GLOBO.

Sobre a reforma agrária, o informe diz que 1% da população controla 47% das terras. E indica uma agravante: existem 120 milhões de hectares cultiváveis não aproveitados e, portanto, constitucionalmente sujeitos à desapropriação, diz a CIDH. O relatório ressalta que, até fevereiro passado, foram desapropriados apenas 4,5 milhões de hectares.

O documento destaca que o presidente Fernando Henrique Cardoso, que já recebeu uma cò-

pia do estudo, vem fazendo muito para corrigir a omissão, especialmente de 1980 a 1990, década em que, segundo a CIDH, praticamente não houve redução da pobreza no Brasil. Mas afirma que o que tem sido feito ainda é pouco.

Com base em cálculos do Banco Mundial, a CIDH mostra que as soluções estão ao alcance das au-

toridades. Dinheiro, sugere a comissão, não é problema, mas sim a falta de vontade política: "Seria possível eliminar a pobreza no Brasil, dando a cada pessoa pobre o suficiente para colocar-se acima da linha da pobreza, com o equivalente a menos de 1% do Produto Interno Bruto", afirma o estudo da OEA.

Por um lado, diz o estudo, os prejudicados se rebelam frente à injustiça e são reprimidos ilegalmente. De outro, essa desigualdade provoca situações de ilegalidade generalizada, como o domínio de favelas por traficantes ou áreas rurais sob o controle impune de interesses que usam pistoleiros para a sua ação.

O informe da OEA diz que a sociedade brasileira é provavelmente a que chegou à união mais abrangente de distintas origens e culturas. Mas demonstra que nem por isso essa combinação é harmônica e igualitária: os trabalhadores brancos ganham 2,5 vezes mais que os negros.

Policiais acusados de matar são promovidos, destaca relatório

Sobre a violência policial, a conclusão é a seguinte: "Apesar das profundas transformações políticas por que passou o país desde o fim do regime militar, a Polícia Militar continua a seguir o modelo repressivo desse regime, motivo pelo qual os membros dessas polícias orientam-se no sentido de atuar de maneira violenta, a fim de prevenir ou aniquilar possíveis movimentos então considerados subversivos."

Os especialistas da CIDH constataram casos em que policiais acusados de matar supostos criminosos são premiados e promovidos, citando o cabo Adeval de Oliveira que, envolvido em 49 assassinatos, recebeu o título de policial do ano.

O relatório afirma que é necessário construir 150 presídios para resolver o problema da superpopulação carcerária. ■